

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS	16/04/2026 15:16 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		08200.030113/2025-51

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de locação de veículos, incluindo categorias especializadas como executivos blindados, camionetas blindadas (SUV), vans executivas, micro-ônibus e sedans, em benefício das atividades de segurança de dignitários no âmbito da Polícia Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto contempla ainda, como suporte logístico indispensável:

1.2.1 Pagamento por cancelamento de pedidos "No show"; e

1.2.2 Ressarcimento de despesas acessórias (pedágios, transporte hidroviário, transporte por cegonha, estacionamentos, taxas de remoção e/ou reboque, infrações de trânsito, diárias de motoristas, combustíveis, etc.);

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ANUAL)
	1	Executivo Blindado	4014	Diária	750	3.900,00	R\$ 2.925.000,00
	2	Camioneta Blind 4x4 (SUV)	4014	Diária	750	4.600,00	R\$ 3.450.000,00
	3	Camioneta 4x4 (SUV)	4014	Diária	575	2.300,00	R\$ 1.322.500,00
	4	Camioneta 4x2 (SUV)	4014	Diária	505	2.000,00	R\$ 1.010.000,00
	5	Caminhonete 4X4	4014	Diária	575	1.570,12	R\$ 902.819,00
	6	Caminhonete 4X2	4014	Diária	505	1.157,97	R\$ 584.774,85
	7	Executivo	4014	Diária	1.500	1.425,00	R\$ 2.137.500,00
	8	Sedan	4014	Diária	750	257,07	R\$ 192.802,50
	9	Van Executiva	4014	Diária	300	2.200,00	R\$ 660.000,00
	10	Micro-ônibus	4014	Diária	250	2.800,00	R\$ 700.000,00
	11	Categoria econômica (Hatch)	4014	Diária	750	305,27	R\$ 228.952,50
	12	Ônibus	4014	Diária	250	5.000,00	R\$ 1.250.000,00
		Horas extras (24h), diárias 10h; diárias e horas extras					

1- NORDESTE	13	de 07 a 14 dias; diárias e horas extras de 15 a 29 dias e diárias e horas extras acima de 30 dias	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 57.171,16	R\$ 686.053,91
	14	No Show	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 1.284,05	R\$ 15.408,64
	15	Ressarcimento (despesas diversas, diárias motoristas e combustível - ND 3.3.90.93)	21849	Serviço (mês)	12	60.905,41	R\$ 730.864,90
	VALOR ESTIMADO PARA REGIÃO NORDESTE						R\$ 16.796.676,30
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ANUAL)
	16	Executivo Blindado	4014	Diária	750	3.500,00	R\$ 2.625.000,00
	17	Camioneta Blind 4x4 (SUV)	4014	Diária	750	3.700,00	R\$ 2.775.000,00
	18	Camioneta 4x4 (SUV)	4014	Diária	575	2.300,00	R\$ 1.322.500,00
	19	Camioneta 4x2 (SUV)	4014	Diária	505	2.000,00	R\$ 1.010.000,00
	20	Caminhonete 4X4	4014	Diária	575	1.093,60	R\$ 628.820,00
	21	Caminhonete 4X2	4014	Diária	505	837,74	R\$ 423.058,70
	22	Executivo	4014	Diária	1.500	305,55	R\$ 458.325,00
	23	Sedan	4014	Diária	750	177,53	R\$ 133.147,50
	24	Van Executiva	4014	Diária	300	1.600,00	R\$ 480.000,00
	25	Micro-ônibus	4014	Diária	250	2.550,00	R\$ 637.500,00
	26	Categoria econômica (Hatch)	4014	Diária	750	298,13	R\$ 223.597,50
	27	Ônibus	4014	Diária	250	2.950,00	R\$ 737.500,00
	28	Horas extras (24h), diárias 10h, diárias e horas extras de 07 a 14 dias, diárias e horas extras de 15 a 29 dias e diárias e horas extras acima de 30 dias	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 45.139,49	R\$ 541.673,86
	29	No Show	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 994,59	R\$ 11.935,03
	30	Ressarcimento (despesas diversas, diárias motoristas e combustível - ND 3.3.90.93)	21849	Serviço (mês)	12	61.224,75	R\$ 734.696,98
2- SUL	VALOR ESTIMADO PARA REGIÃO SUL						R\$ 12.742.754,57
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ANUAL)
	31	Executivo Blindado	4014	Diária	990	3.500,00	R\$ 3.465.000,00
	32	Camioneta Blind 4x4 (SUV)	4014	Diária	990	3.700,00	R\$ 3.663.000,00
	33	Camioneta 4x4 (SUV)	4014	Diária	745	2.300,00	R\$ 1.713.500,00
	34	Camioneta 4x2 (SUV)	4014	Diária	647	2.000,00	R\$ 1.294.000,00
	35	Caminhonete 4X4	4014	Diária	745	1.192,50	R\$ 888.412,50
	36	Caminhonete 4X2	4014	Diária	647	1.094,37	R\$ 708.057,39
	37	Executivo	4014	Diária	1.980	396,19	R\$ 784.456,20
	38	Sedan	4014	Diária	990	258,03	R\$ 255.449,70

3- SUDESTE	39	Van Executiva	4014	Diária	390	1.600,00	R\$ 624.000,00
	40	Micro-ônibus	4014	Diária	320	2.550,00	R\$ 816.000,00
	41	Categoria econômica (Hatch)	4014	Diária	990	278,57	R\$ 275.784,30
	42	Ônibus	4014	Diária	320	2.950,00	R\$ 944.000,00
	43	Horas extras (24h), diárias 10h, diárias e horas extras de 07 a 14 dias, diárias e horas extras de 15 a 29 dias e diárias e horas extras acima de 30 dias	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 58.837,03	R\$ 706.044,39
	44	No Show	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 1.018,25	R\$ 12.219,01
	45	Ressarcimento (despesas diversas, diárias motoristas e combustível - ND 3.3.90.93)	21849	Serviço (mês)	12	67.384,87	R\$ 808.618,46
VALOR ESTIMADO PARA REGIÃO SUDESTE							R\$ 16.958.541,95
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (ANUAL)
4- CENTRO-OESTE E NORTE	46	Executivo Blindado	4014	Diária	750	3.700,00	R\$ 2.775.000,00
	47	Camioneta Blind 4x4 (SUV)	4014	Diária	750	3.900,00	R\$ 2.925.000,00
	48	Camioneta 4x4 (SUV)	4014	Diária	575	2.300,00	R\$ 1.322.500,00
	49	Camioneta 4x2 (SUV)	4014	Diária	505	2.100,00	R\$ 1.060.500,00
	50	Caminhonete 4X4	4014	Diária	575	1.262,72	R\$ 726.064,00
	51	Caminhonete 4X2	4014	Diária	505	1.094,37	R\$ 552.656,85
	52	Executivo	4014	Diária	1.500	519,32	R\$ 778.980,00
	53	Sedan	4014	Diária	750	228,99	R\$ 171.742,50
	54	Van Executiva	4014	Diária	300	1.800,00	R\$ 540.000,00
	55	Micro-ônibus	4014	Diária	250	2.800,00	R\$ 700.000,00
	56	Categoria econômica (Hatch)	4014	Diária	750	222,92	R\$ 167.190,00
	57	Ônibus	4014	Diária	250	3.200,00	R\$ 800.000,00
	58	Horas extras (24h), diárias 10h, diárias e horas extras de 07 a 14 dias, diárias e horas extras de 15 a 29 dias e diárias e horas extras acima de 30 dias	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 41.960,76	R\$ 503.529,16
	59	No Show	4014	Serviço (mês)	12	R\$ 1.079,32	R\$ 12.951,86
	60	Ressarcimento (despesas diversas, diárias motoristas e combustível - ND 3.3.90.93)	21849	Serviço (mês)	12	57.733,42	R\$ 692.801,00
VALOR ESTIMADO PARA REGIÃO CENTRO-OESTE E NORTE							R\$ 13.728.915,37
VALOR TOTAL (G1+G2+G3+G4)							R\$ 60.226.888,19

1.3. A proposta da empresa será remetida durante a fase de julgamento da proposta, juntamente com a Planilha de Custo e Formação de Preços, conforme Modelo anexo ao processo (Anexo IV). Destaca-se que os valores unitários da Planilha de Custo da Administração (Anexo III) serão os valores máximos aceitáveis, nesse sentido, o licitante ofertará preço unitário menor ou igual ao estabelecido pela Administração.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em Edital, por meios de especificações usuais no mercado. Ademais, a modalidade licitatória escolhida será o **pregão eletrônico**, em virtude da natureza do serviço e das vantagens desta modalidade, conforme justificado no Item 14, do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este documento.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista sua natureza e complexidade, que requer um período superior a um exercício financeiro para o atendimento regular da demanda. A atividade de segurança de autoridades, que já era exercida pela Polícia Federal, ganhou musculatura nos últimos anos e tem demandado a utilização regular de veículos, das mais diversas categorias. Ademais, frisa-se o trabalho exercido nos grandes eventos, em que a PF é demandada para prover a segurança pessoal das autoridades envolvidas. Diante do exposto, a vigência plurianual é mais vantajosa considerando o que fora apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026), conforme detalhamento a seguir:

- I) IDs PCA no PNCP: 00394494000136-0-000048/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 30/10/2025;
- III) Ids do item no PCA: 344; 345; 346 e 347;
- IV) Classe/Grupo: 732 - *SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS*;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200334-300/2026;

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e aqueles previstos no Item 21 do Estudo Técnico Preliminar, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª Edição - 2025:

- 4.1.1. **Manutenção Ambientalmente Consciente:** priorizar a redução do uso de produtos químicos nocivos ao meio ambiente, como solventes e óleos lubrificantes, e incentivem a utilização de produtos biodegradáveis e eco-friendly.
- 4.1.2 **Frota Ecoeficiente:** baixas emissões, como veículos híbridos ou com tecnologias de redução de emissões, contribuindo para a redução do impacto ambiental durante o uso dos veículos.

4.1.3 Logística Sustentável: Adotar práticas de logística sustentável na operação de locação de veículos, como a otimização das rotas de entrega e coleta dos veículos, o compartilhamento de veículos entre diferentes clientes e a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.

4.1.3.1 Monitoramento de Emissões: a contratada controlará o impacto ambiental ao longo do período de locação, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria e a adoção de medidas corretivas quando necessário.

4.1.3.2 Compensação de Carbono: a empresa poderá promover ações de compensação das emissões de carbono geradas pela operação de locação de veículos através da realização de projetos de reflorestamento, conservação de áreas verdes ou investimentos em energias renováveis, contribuindo para a neutralização do impacto ambiental associado às atividades.

4.1.3.3 Certificações Ambientais: Priorizar-se-á a contratação de empresas de locação de veículos que possuam certificações ambientais reconhecidas, como a ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), garantindo o compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

4.1.3.4 Educação Ambiental: a contratada promoverá ações de educação ambiental entre os colaboradores da empresa e os usuários dos veículos locados, visando sensibilizá-los para a importância da preservação ambiental e incentivá-los a adotar comportamentos mais sustentáveis no dia a dia.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação foram indicados, apenas como referência de qualidade, alguns modelos de veículos. Contudo, há outros modelos de veículos que também atendem aos requisitos técnicos estabelecidos. Como já explicado, a indicação de marcas e modelos no Termo de Referência e anexos tem caráter meramente referencial, com a finalidade de tornar mais clara e objetiva a descrição do objeto, facilitando a compreensão técnica pelos licitantes quanto ao padrão mínimo de porte, categoria, desempenho e características dos veículos pretendidos. Tal prática encontra amparo no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, que admite a identificação de marca ou modelo como referência, desde que não haja direcionamento ou restrição indevida à competitividade. Ressalta-se que a Administração aceitará quaisquer marcas e modelos equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, não se tratando, portanto, de exigência exclusiva ou limitadora, mas de parâmetro ilustrativo destinado a evitar ambiguidades na formulação das propostas.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo em epígrafe, a Administração não aceitará o fornecimento de veículos com as seguintes características:

4.3.1 Veículos com engate de reboque;

4.3.2. Veículos do tipo esportivo;

4.3.3. Taxi; e

4.3.4 Veículos com inscrições a título de propaganda ou identificação de qualquer natureza (exceto as vans e micro-ônibus quanto à identificação prevista na legislação de trânsito).

Subcontratação

4.4 A subcontratação parcial de até 70% do objeto licitado se mostra necessária e viável devido à natureza e abrangência do contrato, o qual envolve a prestação de serviços para a segurança de autoridades de alto escalão em nível nacional. A imprevisibilidade das agendas dessas autoridades, que frequentemente abrange todo o território nacional, nas capitais e interiores, exige uma solução flexível. Exigir que a empresa contratada tenha infraestrutura própria em todas as localidades seria economicamente e logisticamente inviável.

4.4.1 Exemplo Prático: Em um cenário onde a empresa vencedora da licitação está sediada em Recife-PE e precisa mobilizar recursos para atender a uma urgência no interior do Ceará em menos de seis horas, seria impossível deslocar veículos como caminhonetes blindadas 4x4 e executivos de forma eficiente. A subcontratação permite que esses recursos sejam acessados localmente, reduzindo custos e garantindo a agilidade necessária.

4.4.2 Vantagens da Subcontratação:

- **Custo-efetividade:** Evita gastos elevados com deslocamentos e manutenções de veículos em regiões distantes.
- **Flexibilidade:** Garante que a empresa atenda às demandas imprevisíveis de maneira eficiente e rápida.
- **Viabilidade econômica e logística:** A sublocação de veículos em municípios fora do alcance da empresa contratada torna a execução do contrato exequível e competitiva.

4.4.3 Limitações: Fica vedada a subcontratação no município onde se localize a sede ou filiais da empresa contratada, de modo a garantir que a subcontratação seja usada apenas onde efetivamente justificada.

4.4.3 Fundamentação Legal: A Lei nº 14.133/2021 não estipula um limite máximo para subcontratação, mas exige que os Estudos Técnicos Preliminares justifiquem a necessidade e a extensão da subcontratação. O Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o Acórdão 6189/2019, permite subcontratações parciais, desde que autorizadas e justificadas nos processos licitatórios, vedando a subcontratação integral.

4.5 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.10.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.10.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.10.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.10.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.10.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.10.6 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária

4.10.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente. 4.6.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.11 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.11.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.12 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.12.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.12.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.12.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.13 A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.13.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.14 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.17 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.18.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.18.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.19 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.20 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Demais Requisitos da Contratação

4.24. Demais requisitos da Contratação estão descritos no item 4 do ETP, apêndice a este Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. Início da execução do objeto: **5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 Os serviços a serem prestados são de natureza continuada, por demanda, serão prestados em todas as 5 grandes regiões do país (27 Unidades Federativas), atendendo às agendas das diversas autoridades nacionais e estrangeiras sob a responsabilidade da Polícia Federal.

5.1.4 **A contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços.** Deverá ainda, durante a execução contratual, **indicar um representante constituído (preposto local)** para o atendimento das missões de segurança de autoridades nas capitais ou no interior de cada Estado, que deverá atuar de forma exclusiva junto ao servidor da Polícia Federal incumbido da função de Coordenador de Transporte Terrestre no local da missão. Ou seja, para cada local (capital ou interior) a empresa contratada indicará um representante local para dar suporte ao servidor da Polícia Federal encarregado da coordenação de transporte, passando para a Administração os dados de contato para possíveis intercorrências ou problemas envolvendo a locação dos veículos.

5.1.5 A exigência desse representante visa facilitar a comunicação com os responsáveis diretos, afastando a utilização de intermediários, o que agiliza a resolução de eventuais problemas. Ressalta-se que esse preposto não precisa ter vínculo de trabalho permanente com a empresa, mas

precisa ter habilidade de comunicação e de resolução de problemas envolvendo a locação, por exemplo: providenciar trocas de veículos com problemas diversos, coordenar a entrega dos veículos locados nos locais previamente acordados, etc.

5.1.6 Os veículos que comporão a cápsula de segurança das autoridades e os de uso administrativo deverão ser apresentados ao coordenador de transporte da PF para que, em conjunto com os policiais envolvidos na segurança aproximada, verifique se as características dos veículos solicitados estão de acordo com as cláusulas contratuais, bem como sua compatibilidade com as condições de trafegabilidade das vias por onde irão transitar em comboio.

5.1.7 Caso os veículos não atendam as especificações estabelecidas, o coordenador de transporte da PF comunicará o representante local (preposto local) da empresa para providenciar a substituição ou os ajustes necessários. Os carros solicitados ficarão sob a responsabilidade da Equipe de Segurança de Dignitários envolvida. Quando houver necessidade de pernoite em hotel, os veículos locados pernoitarão no mesmo local ou em outro local indicado pela Coordenação de Segurança das Autoridades.

5.1.8 Na hipótese de a licitante vencedora disponibilizar um veículo de capacidade e/ou valor de diária superior ao que foi solicitado, é facultado ao Coordenador de Transporte da missão aceitar ou não a substituição do veículo e, neste caso, será pago o valor de diária correspondente ao veículo que fora solicitado.

5.1.9 A contratada deverá **possuir uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas** para atender exclusivamente à Polícia Federal.

5.1.10 Caso haja cancelamento da solicitação de veículos e não seja feita a comunicação à empresa contratada com pelo menos **4 horas** de antecedência da apresentação na capital do Estado ou região metropolitana, e de **6 horas** nos municípios distantes da capital do Estado e fora da Região Metropolitana, será devido à mesma, a título de “no show”, valor que não poderá ultrapassar o limite máximo de 70% do valor da diária de 10 horas. Quando a comunicação for efetuada tempestivamente nos prazos acima mencionados, a contratante estará isenta de qualquer ônus. Cabe esclarecer que esse pagamento é necessário em virtude dos custos decorrentes da mobilização dos recursos por parte da CONTRATADA. Como o planejamento das locações baseia-se na agenda das autoridades, está passível de ser alterada de última hora.

5.1.11 Será de responsabilidade da contratada:

a) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos;

c) dispor de veículos em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, conforme legislações de trânsito e ambiental;

d) apresentar veículos limpos e em total condição de trafegabilidade; e

e) apresentar veículos automotores blindados de acordo com as normas técnicas, limites de ruídos e emissão de poluentes, preferencialmente utilizando combustíveis renováveis.

5.1.12 A contratada deverá enviar à PF, em até **2 (dois) dias úteis**, a notificação de infração de trânsito, a contar do recebimento da notificação pelo órgão de trânsito responsável pela autuação.

5.1.13 Outras informações relevantes constam do Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos locais previamente designados pela contratante, de acordo com agenda da autoridade protegida, em cidades (capitais e interior) de cada Região do país. As informações referentes aos locais da missão serão disponibilizadas com pelo menos 4 horas de antecedência para capitais e regiões metropolitanas e com pelo menos 6 horas para cidades do interior.

5.3. A contratada deverá possuir Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas para atender exclusivamente à Polícia Federal. A contratada deverá estar disponível para atendimento dentro e fora do horário comercial. Nesse tipo de atividade a imprevisibilidade é muito comum, por exemplo, quando no caso do falecimento de uma personalidade, o Presidente da República decide, de última hora, comparecer ao velório do falecido na cidade do sepultamento. Portanto, a empresa deverá ter a capacidade de providenciar os veículos em um tempo relativamente curto.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Recebimento da solicitação da Polícia Federal dos veículos necessários para o cumprimento da missão, obedecendo a antecedência mínima prevista neste Termo de Referência;

5.4.2. Deslocamento dos veículos até os locais predeterminados, dentro do horário máximo previsto;

5.4.3 Recebimento e conferência dos veículos pelo servidor responsável da Polícia Federal;

5.4.4 Devolução dos veículos locados, após a conclusão da missão, nos locais e horários estabelecidos.

Materiais a serem disponibilizados

5.5 Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários à operação, incluindo veículos em plenas condições de uso, manutenção e segurança. Os veículos deverão ser entregues com tanque de combustível cheio, devidamente higienizados e revisados, garantindo sua imediata utilização. Deverão ainda estar equipados com todos os itens obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente, tais como equipamentos de segurança, documentação regular, dispositivos de sinalização e demais acessórios exigidos por norma. Caberá à contratada promover a substituição imediata de qualquer veículo ou item que apresente falha, irregularidade ou desgaste que comprometa a execução do serviço.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Trata-se de quantitativos meramente estimativos, visto que seguem as necessidades das agendas das autoridades protegidas;

5.6.2. A licitação foi dividida em 4 (quatro) lotes, abarcando as Regiões Nordeste, Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

5.6.3 A contratada deverá possuir uma Central de Atendimento e um telefone móvel 24 horas para atender exclusivamente à Polícia Federal;

5.6.4 Os veículos devem possuir, no máximo, 5 (cinco) anos de fabricação ou até 100.000 quilômetros rodados. Neste caso, será observado o que ocorrer primeiro, exceto para os veículos do tipo Van e Micro-ônibus;

5.6.5 A empresa poderá sublocar todos os tipos de veículos constantes na Tabela anexa ao Termo de Referência;

5.6.6 Serão objeto de ressarcimento as despesas com combustível, taxas de pedágio, infrações de trânsito, transporte por balsa, motoristas, etc.

5.6.7 A empresa deverá disponibilizar, no prazo de até 4 (quatro) horas, para capital ou região metropolitana e 6 (seis) horas municípios distantes.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniforme

5.8 Os motoristas eventualmente disponibilizados pela Contratada deverão apresentar-se devidamente uniformizados, com vestimenta compatível com a natureza das atividades desenvolvidas junto ao órgão Contratante. O uniforme mínimo exigido será composto por camisa social, calça social, cinto e sapato social, em bom estado de conservação, limpos e alinhados. A apresentação pessoal dos motoristas deverá refletir postura profissional, sendo vedado qualquer repasse de custo ao empregado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Da estrutura operacional da empresa

5.10 A estrutura operacional da empresa deverá oferecer condições de pronto atendimento na execução dos serviços, disponibilizando os veículos nos horários, datas e locais pré-estabelecidos pelo Coordenador de Transporte da Polícia Federal, nas quantidades solicitadas, independentemente do local de onde tenha que trazê-los ou para o local onde tenha que leva-los dentro da Região contratada.

5.11 A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, **declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de até 12 (doze) horas, os veículos da tabela anexa, no caso de evento realizado na capital do Estado ou região metropolitana**, nos locais indicados pela Contratante. Apresentar também, juntamente com a proposta, **declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, os veículos da tabela anexa, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital do Estado e fora da região metropolitana**, nos locais indicados pela Contratante.

5.12 A empresa poderá subcontratar empresas locais ou próximas aos locais do evento para atender às necessidades da Administração, se responsabilizando integralmente pela prestação dos serviços, inclusive sujeitando-se às penalidades previstas no instrumento contratual.

5.13 Por ocasião da comprovação da capacidade técnica-operacional da empresa, a adjudicatária deverá apresentar comprovação realização de serviço anterior, conforme as especificações dos veículos que constam em anexo ao Termo de Referência, nos quantitativos mínimos exigidos no item relativo à qualificação-técnica.

Da realização de diligências

5.14 Considerando o risco de contratação de fornecedores inaptos a executar satisfatoriamente os serviços, a Administração reserva-se o direito de realizar diligências durante a fase de seleção das propostas, nos termos do art. 59, §2º, c/c art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Essas diligências visam verificar, de forma concreta, a capacidade do licitante e a veracidade das informações apresentadas, abrangendo os seguintes aspectos:

a) Estrutura Administrativa – Análise da capacidade gerencial e organizacional da empresa, com verificação da existência de equipe técnica qualificada, estrutura de atendimento e canais eficazes para suporte à fiscalização contratual e resolução de intercorrências;

b) Infraestrutura Operacional – Avaliação da estrutura física e logística disponível, incluindo escritórios, centros operacionais, garagens e rede de fornecedores e parceiros locais aptos a atender às demandas nas 27 Unidades da Federação;

c) Capacidade Financeira – Análise da robustez financeira do licitante, com vistas a garantir a sua capacidade de manter a operação contratual em larga escala, incluindo o custeio com pessoal, manutenção da frota, impostos e encargos correlatos;

d) Experiência no Setor – Verificação da atuação anterior da empresa em contratos de escopo semelhante, com especial atenção à execução simultânea em múltiplos estados, histórico de cumprimento contratual e referências de desempenho emitidas por entes públicos ou privados.

5.15 A adoção dessas medidas visa mitigar riscos contratuais, assegurar o interesse público e conferir maior segurança jurídica à contratação.

5.16 Ao estabelecer essas exigências, é importante manter um equilíbrio entre garantir a capacidade técnica e financeira da empresa contratada e não criar barreiras desnecessárias à participação de potenciais concorrentes, promovendo assim a competição justa e a obtenção da melhor proposta para a administração pública.

5.17 A licitante vencedora deverá apresentar, ainda, declaração de que tem condições de sublocar e disponibilizar os veículos das demais categorias, além das indicadas na tabela acima, no local indicado pela contratante, seja na capital ou no interior, nas mesmas especificações que constam de anexo ao Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços. Deverá ainda, durante a execução contratual, indicar um representante constituído (preposto local) para o atendimento das missões de segurança de autoridades nas capitais ou no interior de cada Estado, que deverá atuar de forma exclusiva junto ao servidor da Polícia Federal incumbido da função de Coordenador de Transporte Terrestre no local da missão. Ou seja, para cada local (capital ou interior) a empresa contratada indicará um representante local para dar suporte ao servidor da Polícia Federal encarregado da coordenação de transporte, passando para a Administração os dados de contato para possíveis intercorrências ou problemas envolvendo a locação dos veículos.

6.7 A exigência desse representante visa facilitar a comunicação com os responsáveis diretos, afastando a utilização de intermediários, o que agiliza a resolução de eventuais problemas. Ressalta-se que esse preposto não precisa ter vínculo de trabalho permanente com a empresa, mas precisa ter habilidade de comunicação e de resolução de problemas envolvendo a locação, por exemplo: providenciar trocas de veículos com problemas diversos, entregar os veículos locados nos locais previamente acordados, etc.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotina de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.20.1. Verificar se os veículos atendem às especificações técnicas da licitação: Isso inclui características como modelo, capacidade, tipo de blindagem, equipamentos de segurança, entre outros detalhes especificados no contrato.
- 6.20.2 Avaliar as condições gerais dos veículos: O fiscal deve inspecionar periodicamente os veículos locados para garantir que estejam em bom estado de conservação, limpeza e funcionamento adequado.
- 6.20.3 Verificar a trafegabilidade e segurança dos veículos: Certificar-se de que os veículos estão em conformidade com as normas de segurança exigidas e que possuem todos os itens necessários para garantir a segurança dos ocupantes.
- 6.20.4 Monitorar o cumprimento dos prazos de entrega: Garantir que os veículos sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos no contrato, evitando atrasos que possam prejudicar as operações de segurança.
- 6.20.5 Acompanhar a disponibilidade dos veículos: Verificar se a contratada está mantendo uma frota disponível e pronta para atender às demandas emergenciais de segurança, conforme acordado no contrato.
- 6.20.6 Avaliar a eficiência do canal de atendimento da empresa: Verificar se a contratada possui um canal de atendimento eficiente para lidar com solicitações, reclamações ou problemas relacionados aos veículos locados.
- 6.20.7 Verificar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos: Certificar-se de que a contratada está realizando a manutenção adequada dos veículos, tanto preventiva quanto corretiva, para garantir sua operacionalidade e segurança.
- 6.20.8 Acompanhar o registro e a documentação dos veículos: Garantir que todos os veículos locados estejam devidamente registrados e licenciados, com toda a documentação em ordem, conforme exigido por lei.

Gestor do Contrato

- 6.21 Cabe ao gestor do contrato:
- 6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.26 receber e dar encaminhamento imediato:

6.26.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.26.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A1]

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo II**.

7.2 Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1. não produzir os resultados acordados,

7.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Compatibilidade dos veículos locados com os especificados;

7.5.2. Prazo de apresentação dos veículos demandados;

7.5.3. Condições gerais de trafegabilidade, segurança e conforto;

7.5.4 Substituição rápida dos veículos com problemas; e

7.5.5 Disponibilidade da Central de Atendimento.

7.6. O pagamento devido à CONTRATADA será o estritamente executado, considerando os custos previstos na Planilha de Custo e Formação de Preços enviada juntamente com a proposta de preços. O pagamento só será devido após a conferência da fiscalização contratual no tocante aos serviços efetivamente prestados no mês de competência.

Do recebimento

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelo fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, o fiscal técnico apresentará relatório acerca da missão realizada, indicando os resultados e os problemas enfrentados.

7.9. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.13.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.13.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

7.13.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.1. o prazo de validade;

7.21.2. a data da emissão;

7.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.21.5. o valor a pagar; e

7.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.35 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **06/02/2026**.

7.36 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.43.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.43.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.44 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A1]

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**. A escolha desse regime de execução deve-se a imprevisibilidade da demanda. A despeito do quantitativo ter sido definido com base em parâmetros objetivos e previsões baseadas em eventos anteriores, trata-se de demanda meramente estimativa, visto que não é possível precisar com exatidão as quantidades de veículos necessários e o local para cada missão. No caso da segurança do Presidente e Primeira-Dama e Ministros de Estado, por exemplo, a quantidade de veículos e de seguranças dependerá do local e da situação atual de rejeição/aprovação ou da existência de ameaças àquelas autoridades, de acordo com a classificação do nível de segurança atribuído pelo Setor de Inteligência da Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP/PF). Já para os eventos internacionais realizados no Brasil, por exemplo, não há como precisar o número de autoridades nacionais e estrangeiras que participarão desses eventos, visto que além daquelas autoridades previamente previstas, é comum a extensão de convites a outras autoridades/personalidades não integrantes daquele grupo. Sendo assim, geralmente, a demanda exata só é informada à Polícia Federal com pouco tempo de antecedência da missão/evento, exigindo uma mobilização rápida dos recursos necessários para o cumprimento dessas missões.

8.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

8.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A1] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 8.20. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.21 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.22 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.23 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

- 8.25 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 8.25.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. A prestação de serviços de locação ou sublocação de veículos com ou sem motoristas. Será exigido ainda, devido ser a parcela de maior relevância do objeto a ser contratado, a comprovação da prestação de serviços referentes às categorias e quantitativos dos veículos da tabela abaixo.

N ° Ordem	Categoria	Quantidade de veículos	Características dos atestados
1	Fornecimento de veículos blindados (executivos, SUVs, caminhonetes, camionetas ou de luxo)	mínimo de 75 unidades (5% da quantidade de blindados previstos para Região com menor demanda)	Poderá somar atestados
2	Fornecimento de veículos executivo, sedans, caminhonetes, camionetas, Hatch, vans, mico-ônibus ou ônibus.	mínimo de 119 veículos (2% da quantidade prevista de todas as demais categorias para Região com menor demanda)	Poderá somar atestados
3	Fornecimento de veículos (blindados ou não) simultâneos em um mesmo evento, local ou cidade	mínimo de 40 veículos fornecidos.	Atestado único (Considerando que a necessidade visa atender também o apoio logístico em eventos nacionais e internacionais, a exemplo da Copa do Mundo, Conferências internacionais, haverá a necessidade de fornecimento de grande quantidade de veículos de maneira simultânea. Poderá ser aproveitado atestado para comprovar os itens anteriores.
4	Experiência mínima de atuação no mercado de locação de veículos	2 anos	A exigência de 2 (dois) anos de experiência é vital para garantir a eficiência e segurança dos serviços. Dada a natureza estratégica desses serviços, é crucial que a empresa contratada demonstre um histórico sólido de fornecimento de veículos confiáveis e adequados. Essa exigência reduz o risco de contratação de empresas pouco qualificadas e garante a continuidade e qualidade do serviço prestado à Polícia Federal.

8.26.2 A exigência de quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnico-operacional encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e visa garantir que o licitante detenha efetiva experiência prévia na execução de serviços com grau de complexidade logística e operacional compatível com o objeto licitado. Trata-se de contratação de grande vulto, com atuação em todo o território nacional, frequentemente em situações emergenciais, com deslocamentos simultâneos e eventos de segurança institucional envolvendo autoridades nacionais e estrangeiras. Nesse contexto, a demonstração da experiência anterior com fornecimento de frota em volume mínimo significativo é essencial para assegurar que a futura contratada possua estrutura operacional e logística compatível com as exigências contratuais. A fixação de quantitativos mínimos atende ao limite de até 50% da parcela mais relevante, conforme pacífico entendimento do Tribunal de Contas da União (Decisão TCU nº 878/2021 - Plenário), mantendo-se a proporcionalidade e a competitividade do certame.

8.26.3 . Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.26.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.27 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.28 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

8.29 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.30 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.31 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.32 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.33 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 60.226.888,19

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 60.226.888,19 (sessenta milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos)**, conforme custos unitários apostos na *Planilha de Custo e Formação de Preços anexa*.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 Por se tratar de uma licitação dentro do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 11.462/2023, a dotação orçamentária será posteriormente indicada no Instrumento Contratual.

11. Do Sistema de Registro de Preços

11.1 Conforme o Decreto 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços (SRP) pode ser adotado pela Administração Pública em determinadas circunstâncias, especialmente nos casos em que as características do objeto demandam contratações permanentes ou frequentes (Inciso I) e quando, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (Inciso V).

11.1.1 Contratações Permanentes ou Frequentes (Inciso I): A demanda por serviços de locação de veículos para segurança de autoridades, tais como o Presidente da República, Ministros de Estado, Deputados, Senadores e outras autoridades, é contínua e recorrente. A natureza das atividades dessas autoridades implica em deslocamentos constantes por todo o território nacional, exigindo apoio logístico de segurança em cada uma dessas ocasiões. Por exemplo, as viagens programadas e não programadas para diversas regiões do país requerem a presença de veículos especializados para garantir a integridade dessas autoridades. A frequência dessas demandas torna impraticável a contratação pontual de serviços, justificando a adoção do SRP para garantir a disponibilidade contínua dos veículos necessários.

11.1.2 Impossibilidade de Definir Previamente o Quantitativo Demandado (Inciso V): Devido à dinâmica das agendas das autoridades protegidas e à natureza imprevisível das ameaças à sua segurança, não é viável estabelecer com precisão o quantitativo de veículos necessários para atender às demandas futuras. Além das viagens planejadas, há também situações emergenciais que exigem o deslocamento imediato das autoridades, aumentando a variabilidade na demanda por veículos blindados, por exemplo. Ademais, o aumento do rol de autoridades protegidas amplia ainda mais a incerteza quanto ao quantitativo necessário, uma vez que esse número está sujeito a alterações decorrentes de novas ameaças ou necessidades de segurança. Portanto, a natureza imprevisível e variável da demanda justifica a utilização do SRP para garantir a flexibilidade na contratação dos serviços de locação de veículos.

12. Infrações e Sanções Administrativas

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4 Multa:

12.2.4.1 *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (**cinco por cento**) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.*[A1] [A2]

12.2.4.2 *Moratória de 0,07% (**sete centésimos por cento**) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*[A3]

12.2.4.2.1 *O atraso superior a 25 (**vinte e cinco**) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

12.2.4.3 *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

12.2.4.4 *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

12.2.4.5 *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

12.2.4.6 *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (**vinte por cento**) a 22% (**vinte e dois por cento**) do valor da contratação.*

12.2.4.7 *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 22% (**vinte e dois por cento**) a 25% (**vinte e cinco por cento**) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. Disposições Finais

As informações contidas neste Termo de Referência são de natureza pública, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, especialmente quanto às informações relativas à licitação, contratos administrativos e utilização de recursos públicos, conforme disposto no art. 7º, inciso VI. Dessa forma, os artefatos de planejamento da contratação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o Edital, serão disponibilizados para consulta nos canais oficiais, em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa. Ressalta-se, contudo, que eventuais documentos ou informações sensíveis, relacionados às operações de segurança de autoridades — tais como dados sobre deslocamentos, planejamento de missões, quantitativo de agentes envolvidos e

estratégias operacionais — foram classificados com restrição de acesso, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527/2011, por serem imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado. Nesse sentido, terão acesso restringido ao público externo. Tais documentos foram utilizados como suporte para realização do Estudo Técnico Preliminar.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo com a contratação

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 15:09:47.

Despacho: De acordo com a contratação

ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 15:16:41.

Despacho: Documento com a descrição detalhada do objeto e em conformidade com a Minuta Padrão da AGU.

ANDRE LUSTOSA AVILA

EPC



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 15:13:09.